

Representante do Ministério da Cultura junto do Gabinete Coordenador para o Plano Nacional para a Estratégia de Lisboa (PNACE) e para o Plano Tecnológico — de 2006 a 2007.

Chefe de Projecto das Compras Electrónicas da Secretaria-Geral/MC — 2005 a 2007.

Representante oficial do Ministério da Cultura no NRG (National Representatives Group — área da Cultura, sob a égide da Comissão Europeia) — 2003 a 2007.

Membro da Unidade de Gestão e da Comissão de Acompanhamento do POC — Programa Operacional da Cultura e na Comissão de Acompanhamento do POSI/POSC — Programa Operacional da Sociedade da Informação/ Conhecimento — de 2003 a 2007.

Representante do Ministério da Cultura nas Task Forces operacionais da UMIC de 2002 a 2007.

Conselheira para a Igualdade em representação do Ministério da Cultura na CIDM — Comissão para a

Igualdade e para os Direitos das Mulheres — 2002 a 2007.

Representante do MC na CRIP — Comissão para a Reavaliação dos Institutos Públicos — 2004.

Membro do NAR — Núcleo de Acompanhamento da Reforma da Administração Pública — 2004.

#### Formação profissional

Organização, intervenção e assistência em diversos Seminários e Conferências, de que se destacam:

O Novo Regime de Contratação Pública — SG/MEI-INA — Julho 2008

Seminário de Negociação/compras electrónicas — UMIC/Prof. Dr. Luís Almeida Costa — 2007

O Contencioso Administrativo — STE/Prof. Dr. Martins Claro — 2006

Desenvolvimento de Competências em Liderança e Gestão — Leadership BC/POAP — 2006

Seminário de Alta Direcção para a Administração Pública — INAI-O-eiras 2005

SIADAP- Sistema de Avaliação e Desempenho da Administração Pública — INA — 2004 e 2005.

Participação e Intervenção nas Reuniões Oficiais do Grupo dos Representantes Nacionais dos Ministérios da Cultura dos Estados Membros da União Europeia (NRG — National Representative

Group) e nas Conferências temáticas organizadas por cada uma das Presidências da UE — 2003 até 2007.

Seminário: «Combate à Pirataria — Panorama e Estratégia no Espaço Ibérico» — IGAC — Lisboa 2004.

«Seminário Internacional sobre Digitalização: Experiência e Tecnologia» — BN — Lisboa -2004.

E-Government Seminar — O Governo Electrónico no Reino Unido e em Portugal — Lisboa — 2003.

Fórum da OCDE sobre Comércio Electrónico — Paris — 1999.

OCDE: Conferência” Comércio Electrónico — Um Mundo sem Fronteiras — Otava — Canadá — 1998.

Diversas acções de formação em informática na óptica do utilizador.

#### Despacho n.º 25193/2008

De acordo com a fundamentação constante da proposta de nomeação apresentada pelo Júri do procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia do 1.º grau, do quadro de cargos de direcção, constante do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 138/2007, de 27 de Abril, e ao abrigo do n.º 8 do art. 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, por três anos, renovável por iguais períodos de tempo, para o cargo de Directora de Serviços de Aproveitamento Integrado e de Logística da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação, a licenciada Maria do Rosário da Silva Fernandes, do quadro de pessoal da Universidade do Minho.

O Júri, com base na avaliação curricular e na entrevista, explicitou como razões para a nomeação o facto da candidata expressar um conjunto de experiências e competências profissionais enquanto dirigente, vividas ao longo de vários anos na área da função compras e acções de formação de base e complementar, reveladoras de preparação adequada para o exercício, bem sucedido, da função de Directora de Serviços de Aproveitamento Integrado e de Logística.

Através da entrevista, o júri concluiu que a candidata possui muito bom sentido crítico, pela forma como abordou as questões que lhe foram apresentadas ao longo da entrevista, consubstanciado ainda pela capacidade de reflexão e análise. No que se refere à motivação, a candidata revelou níveis muito elevados de realização, o que permite antever uma forte preocupação com a concretização dos objectivos que vierem a ser atribuídos à sua área de responsabilidade, não apenas pela energia colocada na sua consecução, como também pela capacidade de gerir os recursos adequados à finalização das mesmas. Ao nível profissional, a candidata revelou

possuir um conjunto de conhecimentos e de experiências relevantes para o exercício da função em causa, tal como se evidencia na nota curricular anexa, que faz parte integrante do presente despacho.

29 de Setembro de 2008. — O Secretário-Geral, *Mário Silva*.

#### Nota biográfica de Maria do Rosário da Silva Fernandes

Licenciada em Direito, pela Universidade Católica Portuguesa (Núcleo do Porto), concluída em 1992;

Pós-graduação em Administração Pública pela Universidade do Minho, no ano de 2001, tendo ainda concluído a primeira parte do estágio profissional da Ordem dos Advogados, em Julho de 1998.

A 11 de Junho de 2003 assumiu funções no Município do Porto como responsável pela Divisão Municipal de Compras do Município do Porto, funções que exerceu até 29 de Junho de 2008. Do trabalho realizado destaca-se o desenvolvido no processo de centralização da função compras do Município, bem como o processo de identificação e implementação de uma solução de *e-procurement* para a vertente de Gestão Transaccional. O projecto das compras electrónicas destaca-se dos demais existentes na Administração Pública, quer Central, quer Local pelo facto de ter a integração assegurada com/entre a Plataforma de Compras Electrónicas e as diversas aplicações que compõem o sistema financeiro do município, nomeadamente o sistema de contabilidade autárquica e o sistema de gestão de *stock*.

De 31 de Outubro de 2000 a 10 de Junho de 2003 desempenhou funções de Secretária da Escola de Ciências da Universidade do Minho desempenhando funções ao nível do apoio jurídico aos Órgãos de Gestão (Presidência, conselho científico e Conselho de Gestão).

Em Junho de 1994, inicia a sua colaboração com a Universidade do Minho passando a assessorar directamente o Vice-Reitor e Presidente da Escola de Engenharia Professor Doutor Carlos António Alves Bernardo.

De Junho de 1993 a Junho de 1994, colaborou na implementação e dinamização do CEJUR-Minho — Centro de Estudos Jurídicos do Minho.

De Abril a Dezembro de 1993, colaborou com o IGAP — Instituto de Gestão e Administração Pública, com ênfase especial no apoio à implementação do CIGAP.

De Junho de 1993 a Junho de 1994, colaborou no processo de implementação e dinamização do CEJUR-Minho — Centro de Estudos Jurídicos do Minho colaborando com o Prof. Doutor António Cândido de Oliveira.

De Março de 1993 a Junho de 1994 desempenhou funções na TEC-MINHO — Associação Universidade — Empresa para o Desenvolvimento, Guimarães, tendo em Setembro de 1993 assumido as funções de responsável pelo Departamento de Recursos Humanos.

Integrou ainda diversos grupos de trabalho, sendo de destacar o trabalho desenvolvido no Município do Porto no âmbito de processo de implementação do projecto de Armazém Central do Município.

Foi autora de várias comunicações subordinadas ao tema das compras electrónicas. É ainda formadora na área da gestão estratégica e do *e-procurement*.

#### Louvor n.º 618/2008

Ao cessar as minhas funções de Secretário-Geral do Ministério da Economia e da Inovação, por motivos de aposentação, é-me muito grato louvar a Directora de Serviços Dr.ª Maria Lídia Martins Francisco de Paula Jacob, pela forma como tem vindo a coordenar a Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e de Contencioso desta Secretaria-Geral, com competência, dedicação e elevado sentido das responsabilidades.

É pois de inteira justiça lavrar este louvor, realçando as qualidades que a tornaram credora do meu reconhecimento, respeito e amizade.

29 de Setembro de 2008. — O Secretário-Geral, *Mário Silva*.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

### Gabinete do Ministro

#### Despacho normativo n.º 52/2008

O despacho normativo n.º 23/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 109, de 6 de Junho, define as regras nacionais de execução da ajuda à reestruturação do sector do açúcar, prevista no Regulamento (CE) n.º 320/2006, do Conselho, de 20 de Fevereiro, e no Regulamento (CE) n.º 968/2006, da Comissão, de 27 de Junho.

O Regulamento (CE) n.º 1261/2007, do Conselho, de 9 de Outubro, que procedeu à alteração do Regulamento (CE) n.º 320/2006, veio determinar a atribuição de um pagamento suplementar aos produtores de beterraba